

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº de 2019

(Do Senhor Deputado LEONARDO MONTEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública com representantes das instituições listadas, para debaterem o tema “Reforma tributária com mais justiça fiscal”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública e convidados os especialistas e representantes das instituições abaixo listadas, para debaterem o tema “Reforma tributária com mais justiça fiscal”:

- Bernard Appy - Economista, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;
- César Roxo – Diretor da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil;
- Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;
- Paulo Kliass - Doutor em economia pela universidade de Paris e integrante da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal;
- Eduardo Fagnani - Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho.

JUSTIFICAÇÃO

A tributação brasileira está na contramão da justiça tributária, pois, historicamente, os que ganham mais pagam menos e os que ganham

menos pagam mais. A maioria dos países do planeta têm um sistema tributário mais justo que o sistema tributário brasileiro.

No Brasil, a tributação é extremamente regressiva (os que ganham mais não pagam mais), em parte porque a carga tributária incide mais sobre o consumo e menos sobre a renda e a propriedade. Não é verdade que a nossa carga tributária seja elevada, na comparação internacional. Mas é fato que temos a maior carga tributária, em todo o mundo, a incidir sobre o consumo, repassada aos preços das mercadorias e, por consequência, cobrando proporção maior da renda dos pobres e parcela menor da renda dos ricos.

Será utópico aspirar a que a tributação sobre a renda no Brasil se aproxime do patamar da Itália e do Japão? Será fabulação insistir em que a tributação sobre o patrimônio alinhe-se com a praticada na Espanha e na Bélgica? Será fantasia irrealizável projetar a tributação sobre o consumo em padrões semelhantes aos que se verificam em Portugal? Não há nenhuma limitação para a realização desses ideais. Bastam a vontade e a decisão políticas.

Vários estudos sérios conhecidos já fizeram bons diagnósticos sobre os problemas crônicos da tributação brasileira. Também já sabemos que é tecnicamente possível que o Brasil tenha sistema tributário mais justo e alinhado com a experiência dos países mais igualitários, preservando o equilíbrio federativo e o Estado Social inaugurado pela Constituição de 1988.

Há também outros itens importantes a se debater, para o aprimoramento do modelo tributário do país, como a “simplificação de nosso complexo sistema” e a “descentralização dos recursos”. E não queremos fugir deles. Porém, estes e todos os demais itens precisam estar submetidos ao item central de interesse da maioria dos brasileiros e brasileiras: a promoção da justiça tributária.

Assim, a presente proposta de seminário pretende abrir espaço na CLP – Comissão de Legislação Participativa para o debate do tema. A ideia é contribuir para o desenho de um sistema tributário em novas bases, trazendo para o Parlamento Brasileiro as reflexões acumuladas na sociedade, com vistas a aprimorar o modelo tributário concebido pela atual Constituição Federal.

Assim, com este espírito, apresentamos o presente Requerimento, esperando contar com o apoio dos Pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, 26 de setembro de 2019

LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG